

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.145 - RJ (2020/0037154-8)

RECORRENTE : MUNICIPIO DE JAPERI

PROCURADORE : JULIANA KRYSSIA LOPES MAIA - RJ124735

S

GABRIEL SOMMA QUARESMA DE OLIVEIRA - RJ150317

RECORRIDO : CRISTINA FARIAS

ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE JAPERI, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o ora recorrente ajuizou execução fiscal, atribuindo à causa o valor de R\$ 913,59, em dezembro de 2007 (fl. 2), objetivando à cobrança dos valores discriminados na certidão da dívida ativa, a título de IPTU referente aos exercícios de 2003/2006.

Após sentença em que foi julgado improcedente o pedido, foi interposto recurso fazendário, a que foi negado provimento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que não é possível, para a fixação da alçada, somar o valor das execuções reunidas em um só feito, devendo ser considerado cada crédito tributário isoladamente, mesmo que cobrados na mesma execução fiscal. O acórdão recebeu a seguinte ementa:

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. MUNICÍPIO DE JAPERI.SENTENÇA DE EXTINÇÃO PELO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. IPTU. REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2003, 2004, 2005 E 2006. JUÍZO A QUO QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA, EXTINGUINDO O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO. Crédito tributário de valor inferior a 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs.Artigo 34 da Lei 6.830/80 que estabelece somente ser admissível a oposição de embargos infringentes ou de declaração contra sentença proferida em execuções de valor igual ou inferior a 50 ORTNs (308,50 UFIR). Reiterada Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.168.625-MG) e desta Corte de Justiça. No caso em tela, a execução fiscal objetivava a satisfação de crédito tributário de valores individualmente que – na data do ajuizamento da ação – alcançava o montante inferior ao previsto no artigo 34 da Lei nº 6.830/80, razão pela qual o recurso cabível era o de embargos infringentes, e não o de apelação. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal.

RECURSO NÃO CONHECIDO.

No recurso especial, o recorrente sustenta ofensa aos arts. 34 da Lei n. 6.830/1980 e 1.009 do CPC/2015, asseverando, em suma, que o valor de alçada do presente feito exige a interposição do recurso de apelação, uma vez que supera a quantia de 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional -

ORTN. Isso porque se trata de execução única, com reunião de vários exercícios em única CDA, de modo que o valor a ser considerado é o valor da execução fiscal em si.

É o relatório. Decido.

O recurso especial comporta provimento.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp 1.168.625/MG (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 1º.7.2010), sob o regime dos recursos repetitivos, pacificou entendimento de que o recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no art. 34 da Lei 6.830/80.

Com efeito, o presente caso trata da forma de aferição do valor de alçada, devendo-se averiguar esse valor como sendo o da execução, expresso no valor da causa; ou, de outro lado, como sendo o crédito tributário isoladamente considerado, ainda que cobrado por meio de um único processo de execução.

É certo que "não é possível, para fixação da alçada, somar o valor das execuções reunidas em um só feito. Deve-se considerar cada ação isoladamente" (REsp 259.387/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 19/12/2005).

Contudo, no caso, não se trata de somatório de valor de execuções fiscais reunidas, mas sim de débitos de mesma natureza, referentes ao mesmo tributo, referentes a vários exercícios, expressos no valor da causa de um único feito executivo.

Assim, incide a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o valor da alçada deve ser aferido no momento da propositura da execução, levando-se em conta o valor da causa.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 34 DA LEF. VALOR DE ALÇADA X VALOR DA CAUSA. CONFRONTO QUE DEVE SER REALIZADO NO MOMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA. ORTN. SUBSTITUIÇÃO, SUCESSIVAMENTE, PELOS ÍNDICES OTN, BTN E UFIR.

1. Nos termos do art. 34, § 1º, da Lei de Execuções Fiscais, o cotejo entre os valores de alçada e da execução, para fins de determinação do cabimento ou não do recurso de apelação, deve ser realizado no momento da propositura da ação executiva.

2. Os sucessivos índices a serem utilizados no cálculo do valor de alçada, em razão da extinção da ORTN em 1986, são a OTN, o BTN e a

UFIR. Precedentes da 2ª Turma.

3. Recurso especial provido" (STJ, REsp 602.179/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 27/3/2006).

"PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - ALÇADA RECURSAL (ART. 34 DA LEI 6.830/80)

1. Segundo o art. 34 da LEF, somente é cabível o recurso de apelação para as execuções fiscais de valor superior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

2. Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo.

3. 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R\$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia.

4. O valor de alçada deve ser auferido, observada a paridade com a ORTN, no momento da propositura da execução, levando em conta o valor da causa.

5. Recurso especial provido em parte" (STJ, REsp 607.930/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 17/5/2004).

Portanto, deve ser reformado o acórdão recorrido, considerando que o valor da execução, no momento da propositura da execução, ultrapassava o valor de alçada, de modo que era cabível o recurso de apelação que fora, assim, devidamente interposto pela parte recorrente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de declarar cabível, no caso, o recurso de apelação interposto pela parte recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator